

Misericórdia de Arganil constitui grupo de trabalho para reflectir sobre o Teatro Alves Coelho

Author : isabel

Como resposta á Câmara Municipal de Arganil que acatou a decisão do Tribunal de Coimbra devolvendo o Teatro Alves Coelho á Misericórdia de Arganil, esta decidiu avançar com a constituição de um grupo de trabalho, “destinado a pensar e a reflectir sobre o conceito a desenvolver e a atribuir ao emblemático edifício”. O referido grupo, de acordo com a Misericórdia será constituído por várias personalidades arganilenses, das mais variadas áreas, nomeadamente do campo das artes plásticas, do cinema, do teatro, da música, da história, da filosofia e da arquitectura, perspectivando-se ainda a associação de uma entidade externa como parceira, relacionada com as artes e a arquitectura e que demonstrou disponibilidade para aderir a esta iniciativa”. Segundo José Dias Coimbra, o grupo será composto por “vários nomes oriundos do concelho de Arganil, de diferentes gerações, mas que estão unidos no desejo comum de verem o Cineteatro Alves Coelho recuperado, e de novo ao serviço da cultura, alicerçando-se na busca do conhecimento, através da partilha de diferentes visões do mundo que nos rodeia”. De acordo com o provedor da Misericórdia os elementos serão apresentados em breve, em reunião agendada para esse efeito, esperando que o primeiro encontro venha a ter lugar já no próprio edifício. De acordo com a Misericórdia, a definição deste grupo de trabalho foi feita, independentemente da Câmara Municipal de Arganil “recorrer ou não da decisão do tribunal, e independentemente da tramitação jurídica associada”. “Para nós, reposta a verdade, o que importa é pormos mãos à obra, devendo este projecto ser um desígnio do concelho, através da recuperação de um espaço mítico, por onde passaram várias figuras da cultura nacional e internacional”, refere a Misericórdia em comunicado. O provedor acrescentou ainda que “apesar de desconhecer o estado em que será devolvido o Cineteatro, o que desde já tem suscitado preocupação na Misericórdia, e caso venha a suceder, estamos confiantes de que encontraremos os parceiros certos para a sua recuperação e revitalização, bem como as forças políticas que colaborarão, desinteressadamente, nessa missão”. Declinando a oferta da autarquia que ofereceu o projecto de arquitectura e todas as especialidades á Misericórdia, Dias Coimbra esclarece que “a base da discussão conceptual para o futuro do cineteatro partirá do projecto existente e aprovado em 2005, que já mereceu os pareceres favoráveis de um vasto leque de entidades, nomeadamente as relacionadas com a cultura, da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e da própria Junta Autónoma das Estradas (JAE)”. O provedor sublinhou ainda que, “o projecto de arquitectura elaborado foi objecto de uma intensa análise por diversas entidades, fruto da natureza do edifício em causa, considerado pela Ordem dos Arquitectos

como uma obra de referência da modernidade no século XX e que foi aprovado pela Câmara depois desse intenso trabalho, aprovação essa, ratificada pela Autarquia aquando da assinatura do contrato com a Misericórdia, entretanto resolvido”.

Partilhar

- [Clique para partilhar no Facebook \(Opens in new window\)](#)
- [Clique para partilhar no LinkedIn \(Opens in new window\)](#)
- [Carregue aqui para imprimir \(Opens in new window\)](#)
- [Carregue aqui para partilhar por email com um amigo \(Opens in new window\)](#)
-